



Ano IX • Nº 88 • Janeiro/Março de 2012

Editorial

Ano Novo inspira renovação e com esse espírito aproveitamos para realizarmos alterações em nosso Informativo AAERJ, que passa a contar com mais conteúdo, novas seções e nova periodicidade, agora trimestral.

A mudança foi oportuna, visto que a matéria principal dessa edição, a realização da 1ª Conferência Nacional de Arquivos, evento inédito em nossa área, merecia amplo destaque e informações detalhadas. Talvez justamente por ser uma experiência nova, algumas coisas deixaram a desejar no seu processo de elaboração, o que motivou críticas. Mas, apesar disso, o evento teve o mérito de trazer à luz as principais questões e problemas enfrentados atualmente na área de arquivos e fez com que a Política Nacional de Arquivos voltasse a ter atenção entre as políticas públicas do Estado brasileiro. Agora, cabe a todos nós, profissionais da área, cobrarmos juntamente com a Sociedade que as ações propostas na 1ª CNARQ sejam efetivamente aplicadas.

Esperamos que gostem das mudanças no Informativo e apreciem a leitura!

NESTA EDIÇÃO

- 1 1ª CNARQ
- 4 Entrevista
- 7 Happy Arq
- 7 Eleições AAERJ

1ª CNARQ

Realizada em dezembro, a 1ª Conferência Nacional de Arquivos propôs diretrizes para a Política Nacional de Arquivos



1ª Conferência Nacional de Arquivos

Organizada pelo Ministério da Justiça, a 1ª CNARQ reuniu no Hotel Carlton, em Brasília, entre 14 e 17 de dezembro de 2011, representantes do poder público, da comunidade acadêmica, das associações profissionais e da sociedade civil organizada para discutirem e proporem diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Arquivos.

Tudo teve início em janeiro de 2011, com o “Movimento pela permanência do Arquivo Nacional na Casa Civil”, que mobilizou a comunidade arquivística e, através de uma petição pública online, obteve em pouco tempo mais de 3.000 assinaturas contrárias à transferência do Arquivo Nacional e do CONARQ para o Ministério da Justiça. Com a repercussão, uma comissão representando o movimento, em reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, obteve deste o compromisso de que a mudança seria reavaliada após um ano e que ainda em 2011 seria realizada uma conferência para se discutir a Política Nacional de Arquivos no Brasil.

Cumprindo o compromisso firmado, o Ministério da Justiça, através da Portaria nº 227, de 4 de março de 2011, nomeou um comitê, que elaborou o projeto da Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) e das conferências regionais que a precederiam, que esteve sob consulta pública no site do CONARQ. No projeto foram estabelecidos os seis eixos

Continua na página 2



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AAERJ)

DIRETORIA

Presidente

Carlos Frederico Machado

Vice-Presidente

Victor Rodrigues da Costa

Secretaria Geral

Claudia B. Souza

Primeiro Tesoureiro

Gustavo Garcia

Segundo Tesoureiro

Wagner Ridolphi

CONSELHO FISCAL

Marcelo Siqueira

Carlos Costa

Maria da Conceição de Oliveira

NA INTERNET

Site

aaerj.org.br



aaerj@aaerj.org.br



twitter.com/aaerj



facebook.com/aaerj.arquivologia



AAERJ (Arquivologia)



youtube.com/user/aaerjvideos

INFORMATIVO AAERJ

Carlos Frederico Machado

Wagner Ridolphi

Para enviar matérias, sugestões e críticas mande um e-mail para:
informativo@aaerj.org.br

temáticos que norteariam as conferências:

- I - Regime jurídico dos arquivos no Brasil e a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;
- II - A administração pública e a gestão dos arquivos;
- III - Políticas públicas arquivísticas;
- IV - Acesso aos Arquivos, Informação e Cidadania;
- V - Arquivos privados;
- VI - Educação, Pesquisa e Recursos Humanos para os Arquivos.

Divulgação/1ª CNARQ



Abertura da 1ª CNARQ pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

Dando continuidade ao processo, o Decreto de 11 de outubro de 2011 convocou a 1ª CNARQ e ao longo daquele mês foram realizadas as conferências regionais (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) em que foram discutidos temas já previstos para a etapa nacional e aprovadas propostas para discussões mais amplas em dezembro.

A Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNARQ, constituída pela Portaria nº 2.490, de 28 de outubro de 2011, foi encarregada de elaborar o Documento-Base e coordenar a conferência.

Finalmente, em dezembro, tivemos a realização da etapa nacional da conferência, que foi organizada em Plenária de Abertura, Grupos de Trabalho (GTs) e Plenária Final. A Conferência Nacional teve 152 participantes ao todo, sendo 116 delegados com direito a voz e voto (eleitos nas conferências regionais ou indicados pela Comissão Organizadora) e 36 observadores somente com direito a voz (inscritos pelo site do evento e selecionados pela Comissão Organizadora). Para que o público não credenciado pudesse acompanhar a conferência, as Sessões Plenárias foram transmitidas via web no site do evento.

No dia 14 de dezembro foi realizada a Cerimônia de Abertura pelo Ministro da Justiça e no dia 15 os trabalhos tiveram

efetivamente início, com a realização da Plenária de Abertura e constituição dos seis GTs. Ao longo daquele dia e no dia seguinte os GTs se dedicaram às discussões sobre as recomendações e proposições a serem encaminhadas, referentes ao seu eixo temático, sendo que cada GT podia apresentar até 5 propostas.

No dia 17 de dezembro foi realizada então a Plenária Final da Conferência Nacional, na qual os participantes puderam defender as 30 propostas apresentadas, que foram submetidas à votação. Coube à Plenária Final eleger, dentre as propostas selecionadas por cada GT, até 3 propostas prioritárias, sendo necessária a maioria simples dos delegados para obter aprovação. As moções também foram apresentadas para aprovação. Ao final dos trabalhos, foram aprovadas 18 propostas e 25 moções, das quais destacamos:

- Criar, a curto prazo, Grupo de Trabalho para atualizar e ampliar a Lei nº 8.159/91, contemplando aspectos como a desvinculação do CONARQ do Arquivo Nacional (Proposta 1 - Eixo I);
- Assegurar o cumprimento do regime jurídico dos arquivos no Brasil, a fim de garantir sua efetiva aplicação (Proposta 4 - Eixo I);
- Posicionar as instituições arquivísticas públicas no nível estratégico da Administração Pública, em todas as esferas, com dotação orçamentária própria (Proposta 1 - Eixo II);
- Garantir, junto ao poder público, a representatividade de profissionais de arquivo no processo de elaboração e definição de políticas públicas (Proposta 4 - Eixo II);
- Redefinir os objetivos, composição e vinculação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), mediante constituição de Grupo de Trabalho (Proposta 1 - Eixo III);
- Criar, até 2013, no âmbito do Ministério ao qual esteja vinculado o CONARQ, um Fundo Nacional de Financiamento para o fomento à institucionalização de arquivos públicos e ao apoio à formulação de políticas públicas arquivísticas (Proposta 2 - Eixo III);
- Garantir no processo de regulamentação e implementação da Lei de Acesso à Informação, entre outros pontos, a institucionalização dos

arquivos como protagonistas dos processos de gestão documental e da informação nos órgãos e entidades públicas (Proposta 1 - Eixo IV);

- Assegurar o cumprimento da legislação e das resoluções do CONARQ no que se refere à preservação e o acesso aos documentos públicos de agências reguladoras, empresas desestatizadas, concessionárias, etc. (Proposta 2 - Eixo V);
- Elaborar, a curto prazo, Plano Nacional de Formação de Recursos Humanos na Área de Arquivos (Proposta 1 - Eixo VI);
- Encaminhar, a curto prazo, documento com intuito de reconhecer a necessidade de promoção de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia (Proposta 4 - Eixo VI);
- Recomendação que o CONARQ elabore e apresente um dispositivo legal que assegure concurso público para o cargo de arquivista nas instituições arquivísticas públicas (Moção 4);
- Apoio à criação do Conselho Federal de Arquivologia (Moção 6);
- Indicação da inclusão do cargo de arquivista nos Planos de Cargos e Salários dos órgãos da administração pública dos três poderes (Moção 11);
- Recomendação de criação de arquivos públicos em todos os municípios do Brasil e também em estados onde não houver (Moção 18).

Divulgação/1^a CNARQ



Delegados e observadores na Abertura da 1^a CNARQ

A relação final das propostas e moções aprovadas na 1^a CNARQ encontra-se disponível em:
http://www.cnarq.gov.br/media/DOCFINAL_17-12-2011.pdf •

Entrevista

Para uma melhor análise sobre a Conferência Nacional de Arquivos, entrevistamos por e-mail o professor José Maria Jardim, membro da Comissão Organizadora, que compartilhou conosco suas impressões sobre a 1ª CNARQ.



JOSÉ MARIA JARDIM,

Professor Doutor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



AGENDA DE EVENTOS

Eventos na área de arquivos no 1º trimestre

VII Seminário Nacional do Centro de Memória Unicamp - CMU

Período: 13 a 15 de fevereiro de 2012

Local: Campinas-SP

Tema: "Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades"

Inscrições gratuitas

Informações: <http://www.cmu.unicamp.br/viiseminar/>

2º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário

Data: 28 a 30 de março de 2012

Local: Brasília-DF

Tema: "Os desafios da gestão documental e da preservação da memória do Poder Judiciário frente às novas tecnologias da informação"

Inscrições gratuitas (até 24/02)

Informações:

<http://www.tse.jus.br/hotSites/2CongressoNacional/index.html>

Informativo AAERJ: **Em sua opinião, a 1ª CNARQ atingiu os objetivos propostos?**

José Maria Jardim: *O objetivo de realizar uma 1ª CNARQ num cenário complexo foi atingido, apesar do pouco tempo determinado pelo Ministério da Justiça para a sua realização e da precariedade do apoio administrativo disponibilizado e da inexistência de recursos como o Portal e o uso de redes sociais. O projeto original, elaborado por Comissão designada pelo Ministério da Justiça, tinha como uma das suas bases a criação de um Portal, associado ao uso de redes sociais, o que facilitaria uma plataforma de discussão constante, de forma interativa, envolvendo os diversos atores ao longo de todo o processo, tanto nas conferências regionais como na nacional. Esse Portal só foi disponibilizado – e com limitações – no dia 8 de dezembro, faltando seis dias para o início da CNARQ. Isso casou evidentes prejuízos à dinâmica inerente a uma Conferência desse porte. Ainda assim, as Conferências Regionais driblaram essas limitações, fortaleceram vínculos regionais e cumpriram a sua missão de pautar a agenda da Conferência Nacional. Por sua vez, a Conferência Nacional realizou-se nos termos gerais planejados, com ampla participação de delegados e observadores de diversos segmentos, tomando por base os resultados das Conferências Regionais. A Comissão Nacional Organizadora, formada por membros de diversas regiões e setores do campo arquivístico e representantes da sociedade civil, conseguiu ter um papel relevante na condução da Conferência. A divulgação junto à mídia foi fraca,*



AGENDA DE CONCURSOS

Concursos públicos em aberto para arquivista

Prefeitura de Macaé

Inscrições até 25/01/2012

Provas dia 11/02/2012

Nº de vagas: 1

Valor da inscrição: R\$ 65,00

Salário: R\$ 2.367,82 (20h semanais)

Edital e informações:

<http://www.incp.org.br/concurso.aspx?id=215>

ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

Inscrições até 29/01/2012

Provas dia 11/03/2012

Nº de vagas: 3

Valor da inscrição: R\$ 100,00

Salário: R\$ 4.229,76 + 1.268,93 (GDA) + AQ

Edital e informações:

http://www.ceperj.rj.gov.br/Concursos/Iterj/pagin_aitej.asp

Senado Federal

Inscrições até 05/02/2012

Provas dia 11/03/2012

Nº de vagas: 6

Valor da inscrição: R\$ 190,00

Salário: R\$ 18.440,64

Edital e informações:

www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11

TRF - Tribunal Regional Federal - 2ª Região (RJ/ES)

Inscrições até 07/02/2012

Provas dia 25/03/2012

Nº de vagas: cadastro de reserva

Valor da inscrição: R\$ 72,60

Salário: R\$ 6.551,52

Edital e informações:

<http://www.concursosfcc.com.br/concursos/trf2r11/index.html>

resultando da iniciativa pessoal de alguns membros da Comissão Nacional e não das estruturas de comunicação do Governo Federal. No site do Ministério da Justiça não havia nenhuma menção à CNARQ no dia do início da Conferência. A metodologia de trabalho, desenvolvida a partir da reflexão sobre os eixos temáticos propostos inicialmente e abordados na Conferências Regionais, revisitados na Conferência Nacional consolidou-se com o processo final de discussão, participativo, rico e com resultados muito interessantes. Agora, os objetivos da CNARQ só serão atingidos se o Ministério da Justiça contemplar o conjunto das propostas aprovadas. Essa é a expectativa.

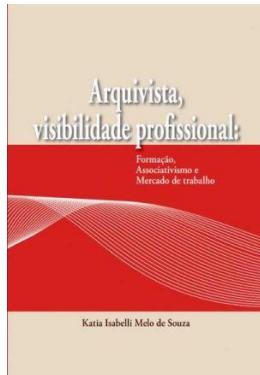
Informativo AAERJ: Passados mais de 20 anos da promulgação da Lei de Arquivos, a 1ª CNARQ pode ser considerada um novo marco na relação entre a área de Arquivos, a Sociedade e o Estado brasileiro? Ocorrendo a implementação das propostas da conferência, podemos vislumbrar a efetivação de uma Política Nacional de Arquivos?

José Maria Jardim: A CNARQ não pode ser entendida sem os seus antecedentes. Desde que publicada a transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça em janeiro de 2011, vivenciamos uma mobilização inédita de vários segmentos do Estado e da sociedade civil em prol dos arquivos brasileiros. O debate transcendeu sua motivação inicial para incluir diversas temáticas relativas aos arquivos brasileiros, expressas na proposta da Conferência Nacional de Arquivos. Aos que eventualmente não tiveram a oportunidade de conhecer o contexto ao qual me refiro, há informações mais detalhadas sobre antecedentes da CNARQ em dois sites: <http://arquivonacional.arquivista.org/> e <http://www.movimento.arquivistico.com>

Participando, desde o primeiro momento, desta mobilização contra uma decisão do Governo Federal, tenho partilhado com vários colegas um lócus de dissenso. É a partir desse lócus que temos exercitado um diálogo democrático com o Governo Federal através do Ministro da Justiça. Assim procedemos porque exercitar o conflito na democracia impõe-nos responsabilidades. A



LEITURA RECOMENDADA



"Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho" (Brasília, Ed. Starprint, 2011)

Lançado em dezembro, o livro da Profa. Dra. Katia Isabelli Souza (UnB), apresenta a tríade composta pelos cursos de formação em Arquivologia, os coletivos profissionais e o mercado laboral em consonância com o arquivista. Tais elementos são considerados os principais componentes para o estudo do desenho da formação e a análise das diversas formas de diálogo entre os profissionais arquivistas, o mercado de trabalho e o associativismo ao mesmo tempo em que busca revelar o universo dos arquivistas, quem são e o que fazem estes profissionais.

À venda na Livraria Cultura:
<http://www.livrariacultura.com.br>

realização da CNARQ é, neste sentido, um marco. No entanto, é a implementação dos seus resultados, o acompanhamento desses resultados pelos diversos segmentos do Estado e da sociedade, assim como a realização de novas conferências que definirão a Conferência como espaço privilegiado da discussão política sobre os arquivos no Brasil. Isso não excluiria, em absoluto, o papel de um novo Conselho Nacional de Arquivos, nos termos aprovados pela Plenária Final da CNARQ. A conferência não definiu a política nacional de arquivos e nem era esse o seu objetivo, mas sugeriu novos parâmetros para a definição e implementação dessa política por um novo CONARQ. Resta saberemos como e quando o Ministério da Justiça, que saiu legitimado desse processo, responderá a essas propostas.

Informativo AAERJ: **Em uma próxima edição, o que considera que pode ser modificado na metodologia e organização da conferência?**

José Maria Jardim: *Ouvindo-se diversos atores e levando-se em conta várias experiências, definiu-se um modelo de Conferência que procurou contemplar, ao máximo, a diversidade arquivística brasileira. Esse modelo é, nos seus limites e possibilidades, inclusivo e democrático na sua essência. Parece-me compreensível que certos aspectos da arquitetura da CNARQ só sejam mais perceptíveis neste momento e não quando a proposta estava em consulta pública ou mesmo já em execução. É uma evidência de que estamos aprendendo com as dinâmicas do processo. Tais aspectos merecem ser apontados para que possamos projetar melhores condições para novas CNARQs.*

A CNARQ é filha direta do dissenso. Todo processo político desse porte se alimenta das diferentes visões que lhe são inerentes, do conflito, da dialética do consenso e do dissenso. É importante aperfeiçoar o modelo da CNARQ, implementá-lo segundo regras do jogo democrático e criticá-lo. •

Happy Arq

Arquivistas do Rio promoveram happy hour em dezembro

Em dezembro, arquivistas do Rio de Janeiro se organizaram e realizaram um encontro de fim de ano intitulado “Happy Arq - Happy End”. Utilizando o Facebook (atualmente a rede social mais utilizada no país) para divulgar o evento, além do boca a boca entre colegas, o evento teve grande adesão e até inspirou eventos semelhantes em outros estados. Realizado no Leviano Bar, no boêmio bairro da Lapa, reuniu aproximadamente 80 pessoas, entre arquivistas e estudantes de Arquivologia da UNIRIO e da UFF. O sucesso do encontro já motivou a realização de novas edições do “Happy Arq”. ●



Paulo Rodrigues

Arquivistas confraternizando na Lapa

Eleições AAERJ

Em abril serão eleitos nova Diretoria e Conselho Fiscal



Em maio se encerra o mandato da atual gestão 2010-2012 e obedecendo aos prazos previstos no Estatuto e no Regimento Eleitoral da associação, a Diretoria já torna público o Calendário Eleitoral das eleições 2012:

Formação da Comissão Eleitoral:

27 de fevereiro a 02 de março de 2012

Inscrição de Chapas à Diretoria e Candidatos ao Conselho Fiscal:

12 a 17 de março de 2012

ELEIÇÃO (Assembléia Geral):

18 de abril de 2012

Homologação da Eleição:

25 de abril de 2012

Posse da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos (biênio 2012/2014):

02 de maio de 2012 ●